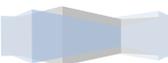


TRABALHOS SELECIONADOS PARA PLENÁRIAS

EIXO TEMÁTICO: ARRANJOS INTERORGANIZACIONAIS



A RELEVÂNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: IMPRESSÕES E CONCEPÇÕES COMPARTILHADAS PELAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CNEC SANTO ÂNGELO

THE RELEVANCE OF STUDENT MOVEMENT IN BRAZIL: SHARED IMPRESSIONS AND DESIGNS FOR THE REPRESENTATIVE ENTITIES OF CNEC SANTO ÂNGELO

Enimar Junior Soares Marques, Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo, IESA, RS, Brasi, ejunior1983@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo o estudo da formação e do desenvolvimento do Movimento Estudantil (ME) no Brasil, em especial a partir de sua institucionalização em entidades autônomas e independentes, bem com a análise de seus reflexos no contexto do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA. O século XX em especial, foi para o ME, um período de reorganização, em que as conquistas estudantis mais simples, bem como a defesa de um Estado democrático tomaram grande tempo e envolvimento da classe. Tais bandeiras de luta, mobilizadas em todos os quadrantes do país, se fazem notar mesmo em contextos distantes dos grandes centros, como a região das Missões, de onde se origina a maior parte dos acadêmicos da instituição alvo do estudo. Desenvolvido a partir do emprego das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, o trabalho permitiu que se chegasse à conclusão de que, no ambiente investigado, o movimento estudantil carece de maiores expressão e espaço de atuação, mesmo verificando-se a existência de estruturas formalizadas em torno dos interesses dos estudantes do Ensino Superior. Palavras-chave: movimento estudantil, democracia, liberdade de expressão, UNE.

ABSTRACT

This article aims to study the formation and development of the Student Movement (ME) in Brazil, especially from its institutionalization in autonomous and independent entities, as well as the analysis of its effects in the context of Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA. The twentieth century in particular, was for ME, a period of reorganization, in which the simplest student achievements as well as the defense of a democratic state have taken great time and involvement in class. Such flags of struggle, mobilized in all parts of the country, are remarkable even in contexts far from major centers such as the region of the Missões, where it originates most of the scholars of the target institution in the study. Developed from the use of techniques of literature, documentary and field work allowed them to come to the conclusion that, in the investigated environment, the student movement needs further expression and performance space, even verifying the existence of formalized structures around the interests of the students of higher education. Keywords: Student Movement. Democracy. Freedom of expression. UNE.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa aplicada aos acadêmicos do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo IESA, na qual se buscou informações pertinentes ao tema através de questionário livre para dissertação por parte dos alunos participantes.

Para melhor contextualização, são descritos fatos históricos acerca do Movimento Estudantil no Brasil, em especial aqueles que envolvem a União Nacional dos Estudantes – UNE, no período posterior ao início do processo de redemocratização do país, da década de 1980 até os dias atuais.

Em seguida, faz-se a demonstração dos resultados de pesquisa realizada entre dirigentes estudantis e acadêmicos de cursos da instituição, a partir dos quais se pode constatar a forma como tais elementos são vivenciados, na prática, no dia a dia do movimento estudantil configurado em torno da mesma.

1 REVISÃO DA LITERATURA

O ano de 1989 marca o início da redemocratização de fato no país com a realização das primeiras eleições diretas desde 1960. O Brasil estava mergulhado em uma crise econômica sem precedentes e o campo político dividido entre a esquerda por vezes radical e a direita saudosista. As eleições daquele ano colocaram em lados opostos lideranças históricas que até então estavam lado a lado pela volta da democracia. Apresentam-se como principais candidatos Fernando Collor de Mello, do nanico Partido da Renovação Nacional – PRN, que estava alinhado aos interesses da massa conservadora, e Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores – PT que representava os anseios populares de esquerda.

O movimento estudantil da época, impulsionado pela UNE faz campanha aberta para o ex-sindicalista Lula e lança o slogan “Lula UNE o Brasil!” de autoria do presidente da entidade, o gaúcho

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Claudio Roberto Bertoldo, então estudante de Engenharia Química na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM no Rio Grande do Sul.

Durante as eleições de 1989, a UNE se posicionou **contra a candidatura de Fernando Collor** de Melo, criticando seu aspecto neoliberal e distante das reformas históricas defendidas pelos movimentos sociais nacionais. Quando o presidente envolveu-se em escândalos sucessivos de corrupção, o movimento estudantil teve papel predominante na mobilização dos brasileiros com o movimento dos jovens de caras pintadas na **campanha “Fora Collor”**. Em 1992, após enormes manifestações estudantis com repercussão em todo o país, o presidente renunciou ao cargo para não sofrer processo de impeachment pelo Congresso Nacional. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2015, s. p.).

O candidato petista sairia derrotado da disputa por uma apertada margem de votos no segundo turno. Houve algumas polêmicas quanto à edição do último debate entre os candidatos na televisão promovido pela Rede Globo.

Entretanto esse debate foi minimizado pelas lideranças do PT tempos mais tarde. A luta agora era outra. Com Collor empossado na presidência o país viveu uma crise institucional e política. Acusado de envolvimento em inúmeros casos de corrupção e de privilegiar os ricos, o presidente assistiu o Brasil sair às ruas novamente para pedir o seu afastamento do cargo. Os jovens ganharam as principais avenidas das metrópoles brasileiras, eram os chamados “Caras Pintadas”.

O presidente estava na mira do Congresso Nacional que iria solicitar o seu impedimento. Como de fato o fez, devido às pressões advindas das ruas e dos estudantes. Uma enorme passeata foi convocada pela UNE e pelos grupos estudantis de todo o país em 11 de agosto de 1992. A votação pela sua cassação ocorre em 29 de setembro de 1992, quando é aberto o processo de *impeachment* no legislativo. Em 29 de dezembro, Collor renuncia ao mandato por meio de carta aberta lida em seu julgamento. Em seu lugar assume definitivamente o vice-presidente Itamar Franco, um mineiro que mudaria o curso da história.

A gestão de Itamar Franco na presidência da república marca a reaproximação dos estudantes brasileiros com o governo federal. O presidente tem entre seus feitos a simbólica devolução da sede da UNE no Rio de Janeiro após o reconhecimento por parte do Estado pelas atrocidades cometidas durante a ditadura militar.

Itamar nunca deixou de dar conselhos e apoiar as bandeiras de lutas da juventude. Devolveu aos estudantes a escritura do terreno da Praia do Flamengo, 132, no Rio de Janeiro, sede histórica da entidade demolida pela ditadura militar. Esta sempre foi uma luta incansável dos estudantes que, após o ato, tornou-se uma realidade concreta, mesmo com a disputa judicial entre os donos do terreno e a entidade, que, na época, travou qualquer tentativa de retomada. O feito foi comemorado com o famoso chopinho no bar Lamas, junto aos estudantes. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2015, s.p)

No cenário estudantil, o ano de 1994 marca a realização do seminário nacional em prol da Reforma Universitária, que teve como sede a cidade de Curitiba – PR. A grade conquistada do período foi a revisão por parte do governo da Medida Provisória – MP que até então regulava os reajustes das mensalidades universitárias.

Já no governo, entre as principais medidas econômicas adotadas por Itamar Franco esteve a estabilização da moeda nacional e a sua efetiva aplicabilidade junto aos negócios das empresas que no período viam como mais atrativo o ganho por meio de aplicação bancária ao lucro por investimentos diretos. A hiperinflação da época também alertava o governo quanto à necessidade de estancar a crise. A equipe econômica, liderada pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, começa a arquitetar aquele que seria o Plano Real em 1993, vigente até a atualidade. O sucesso do Plano Real que seria efetivado no país em 1994, deu-se pela ortodoxia das contas públicas, a alta de juros, cortes de orçamento e uma rígida disciplina fiscal.

O real tornou-se a moeda brasileira no dia 1º de julho de 1994. Mas começou a ser arquitetado em 1993, especialmente a partir do segundo semestre, pela equipe econômica criada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda do governo Itamar. Faziam parte do grupo Edmar Bacha, Persio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco e Pedro Malan.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Juntos, os economistas definiram que o plano seria dividido em três fases. A primeira delas seria o ajuste das contas públicas, através de um corte no Orçamento. A segunda seria a implantação da Unidade Real de Valor (URV), unidade monetária para desindexar a economia. Por fim, a URV seria transformada em real, a nova moeda brasileira. O Congresso, após intensa negociação, aprovou o plano e as fases seguiram como planejado. (BOURROUL; FERREIRA, 2014, s.p)

O gradual bom desempenho do novo plano econômico desenvolvido no governo de Itamar Franco credenciou ex-ministro da Fazenda do período, Fernando Henrique Cardoso (FHC) do PSDB a candidatar-se no ano seguinte à Presidência da República e dessa forma tentar dar continuidade a efetivação da nova moeda brasileira perante o mercado internacional. FHC seria eleito e reeleito presidente nos pleitos de outubro de 1994 e 1998 derrotando por duas vezes o candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva.

A eleição de FHC marca na história da UNE e dos movimentos estudantis um período de afastamento do governo federal das causas populares, renovadas anteriormente com Itamar Franco. Inicia-se nas duas gestões do tucano um período de grande comoção nacional devido às práticas econômicas implantadas que por sua vez enfraqueceram o Estado, se desfazendo de grandes companhias públicas até então estratégicas para a geração de empregos no país e o crescimento da economia.

Após as turbulências da redemocratização do Brasil, o movimento estudantil passou a conviver, a partir de 1994, com novos desafios em um período de maior estabilidade política. Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que ganhou duas eleições seguidas, as principais pautas dos estudantes foram a **luta contra o neoliberalismo e a privatização do patrimônio nacional**. Foi uma época de embate do governo federal com os movimentos sociais, marcando o período de menor diálogo e negociação da UNE com o Poder Executivo na história, à exceção do regime militar. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2015, s.p)

As chamadas práticas neoliberais de gestão eram executadas de forma progressiva e sem nenhum pudor. Com o apoio da mídia muitas vezes aliada das decisões do Executivo, o governo convencia a população de que o melhor para o país era livrar-se do inchaço da máquina pública e da interferência do Estado na economia. Dessa forma grandes estatais foram privatizadas durante os governos FHC atacando o patrimônio público nacional.

O processo de desestatização da economia iniciara com a venda à iniciativa privada da empresa Escelsa fornecedora de energia elétrica nordestina.

O leilão, no dia 21 de maio de 1996, dava continuidade ao programa federal de desestatização. Fernando Henrique Cardoso deflagrara o programa em 1995. Estreou com a venda da Escelsa, a companhia de eletricidade do Espírito Santo. E a mão de Serra [PSDB e ex-presidente da UNE] também brandiu o martelo. (RIBEIRO JUNIOR, 2012, p. 36)

O ex-presidente da UNE, José Serra, filiado ao PSDB, era ministro do Planejamento do governo FHC e posteriormente da Saúde, sendo um dos principais articuladores da onda de privatizações. Serra que inicialmente se exilara na Bolívia e Chile quando do Golpe Militar em 64, época em que presidia a entidade estudantil, depois disso foi para os Estados Unidos, aonde construiu sua carreira acadêmica pela Universidade de Cornell e ambientou-se com o modelo imperialista.

Outra companhia nacional alvo da ira privatista foi a Vale do Rio Doce, também herança de Vargas, a empresa já era líder mundial na exportação de minério de ferro e proprietária de infinitas jazidas de outros minerais como ferro, cobre, cobalto, níquel e manganês. Segundo Dória (2013, p. 16) [...] seu faturamento, em 2011, batera nos US\$ 30 bilhões. Quer dizer, faturou apenas num exercício mais de nove vezes o preço pela qual foi privatizada. O mesmo autor descreve o que segue.

No dia 6 de maio de 1997, sob a gestão do síndico Fernando Henrique Cardoso, o Condomínio Brasil vendeu o controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce por US\$ 3,3 bilhões. Financiados. Em 2008 diz a consultoria Econômica, o valor de

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

mercado da empresa subira quase 60 vezes, ou seja, para US\$ 196 bilhões. Valorização de 5.940%. (DÓRIA, 2013, p. 16)

Para completar os crimes lesa pátria, uma última tentativa, essa por sua vez sem sucesso, tentara livrar-se da maior empresa pública brasileira, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás. Como boa parte das grandes estatais do país, a Petrobrás nasceu no governo getulista, fruto de grande empenho dos estudantes e da UNE para que isso acontecesse, como demonstra a notória campanha “O Petróleo é Nosso!” de 1953. Nada disso, entretanto fazia diferença para FHC e a equipe comandada por José Serra que aos poucos foram fatiando a Petrobrás em unidades de negócio para servir de futuras subsidiárias e assim entrega-la ao capital estrangeiro.

FHC começou a causar-lhe danos já ministro da Fazenda de Itamar, em 1993: cortou-lhe 52% do orçamento, e sem fundamentação nem justificativa técnica; e manejou preços de modo a que, no semestre anterior ao Plano Real, nossa estatal tivesse aumentos mensais dos combustíveis de 8% abaixo da inflação enquanto as empresas norte-americanas do setor os aumentavam 32% acima da média inflacionária. Culminou quebrando o monopólio de exploração e refino, ao sancionar em 1997 a “nova Lei do Petróleo”, a 9.478, que revogava a famosa 2.004, sancionada por – adivinhe: Getúlio Vargas. Eis estudo para acadêmicos e outros interessados: como é que o filho e neto de militares nacionalistas vira tão ferrenho entreguista. (DÓRIA, 2013, p. 209)

O Sindicato dos Petroleiros entrava em greve denunciando a venda da Petrobrás, o governo por sua vez utilizou-se disso para imputar a falta de combustíveis nos postos franquizados da companhia que na verdade não eram reabastecidos por determinação superior, leia-se Fernando Henrique Cardoso, ao Conselho Nacional do Petróleo, atual Departamento Nacional de Combustíveis - DNP.

[...] FHC começou um processo de privatização e demitiu cerca de 30, 40 por cento dos funcionários. Tudo isso fazia parte de um plano para desnacionalizar a Petrobrás. Então a greve dos petroleiros foi um erro nosso. Mas também fizeram todo o tipo de armadilha... um processo maquiavélico. FHC enfureceu a categoria, para induzir à greve, fechou todo sindicato petroleiro do Brasil por mais de um ano. Isso fez parte da estratégia de eliminar uma das forças mais capacitadas para impedir a privatização. (DÓRIA, 2013, p. 213)

Os indícios de sabotagem contra a Petrobrás na gestão Reischstul eram infinitos, o marco visual desse escárnio ficara por conta de uma plataforma de exploração petrolífera marinha da empresa, a P-36, que afundara no mar em 2001. A estrutura havia custado mais de US\$ 350 milhões.

Devido a grandes mobilizações nacionais a privatização da Petrobrás foi evitada a tempo. Os partidos de esquerda e os movimentos estudantis denunciaram a tentativa de espúria do governo Fernando Henrique de se desfazer de toda a riqueza nacional.

A delinquente e irresponsável entrega do patrimônio público atingira inevitavelmente a educação. Além dos habituais cortes orçamentários e do dinheiro que nunca chegou como promessa das privatizações, as pouquíssimas Universidades Federais foram sucateadas e jogadas no limbo e nenhum campus sequer foi construído durante todo o governo FHC.

A UNE posicionou-se firmemente **contra a mercantilização da educação**, promovida pela gestão FHC. Durante seu governo, foram privilegiadas as instituições particulares de ensino, com o sucateamento das universidades públicas e atrito constante com professores, funcionários e estudantes das federais de todo o país. Outras bandeiras da UNE foram **contra os abusos nas mensalidades** do ensino particular e **contra o Provão**, sistema de avaliação institucional aplicado sobre as universidades brasileiras. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2015, s.p)

A crise nas instituições federais de ensino e na educação com um todo era tamanha que o Fundo Monetário Internacional – FMI interveio por meio de um relatório em 2001 em que o mesmo sugeria ao governo brasileiro a cobrança de mensalidade do serviço que deveria ser público e gratuito conforme a Constituição de 1988. Os técnicos do FMI alegavam que os valores arrecadados com as mensalidades dos universitários custeariam a educação dos ensinamentos fundamental médio

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

como se para isso não deveria haver um orçamento próprio. Na época o já falecido ex-ministro da Educação Paulo Renato de Souza não descartou a medida.

Outro golpe contra a educação pública e os estudantes brasileiros deu-se no momento em que o governo enviou ao Congresso e aprovou a Lei nº 9.649/98 que em seu Art. 47 deixa claro que a União não se compromete com a manutenção de Escolas Técnicas existentes e que venham a serem construídas, sendo de responsabilidade do estado da federação, município ou organização sem fins lucrativos parceiras a sua viabilização. Ou seja, o governo até poderia repassar recursos para a construção de novas escolas, mas os gastos com pessoal e contratação de professores não estaria a cargo federal. O decreto nº 2.208/97 também inviabilizava a oferta de vagas no ensino médio integrado à educação profissional nas escolas federais. Logo os estudantes secundaristas seriam os mais prejudicados destas medidas que desqualificou a mão de obra do brasileiro.

No meio estudantil o ano de 1999 marca a retomada das ações culturais da UNE através da realização da 1º Bienal da entidade e criação do Circuito Universitário de Arte e Cultura - CUCA. Também foi realizado a 46ª edição do Congresso da UNE - CONUNE em Belo Horizonte - MG, que teve a participação do então presidente e revolucionário cubano Fidel Castro que por sua vez denunciava as políticas governamentais voltadas exclusivamente para o capital e deixavam de lado as populações que necessitavam do Estado.

“Além de termos discutido temas candentes relacionados à educação, cultura, drogas, segurança pública, direitos humanos e discriminação racial, o ponto alto do Congresso foi o excelente discurso de Fidel, que nos motivou para realizarmos na época um grande ato contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Foi um momento inesquecível e tenho certeza que marcou para todos os milhares de estudantes presentes. Sempre me lembro desse dia”, relembra Ricardo Capelli, presidente da UNE na época. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2015, s.p)

A reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998 seria possível devido a uma ginástica política iniciada ainda no início do primeiro mandato com a apresentação de uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC por parte do deputado federal Mendonça Filho do extinto Partido da Frente Liberal – PFL, que deu origem ao Democratas – DEM. A emenda seria aprovada pelo Senado, após passagem pela Câmara, em 4 de junho de 1997. As suspeitas de fraude por compra de votos de deputados da base para que aprovassem a PEC veio à tona depois de uma denúncia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB que expôs o em sua 35ª assembleia.

“Há uma verdadeira compra de votos de parlamentares, por meio de oferta de cargos, de favores, de obras públicas, de isenções fiscais, anistia de dívida e socorro a instituições financeiras. Trata-se de uma prática evidente de corrupção ativa por parte do governo, que oferece bens em troca de votos”, adverte o Ibrades, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social, órgão da Conferência, na sua Análise da Conjuntura Socioeconômica e Política Brasileira. (DÓRIA, 2013, p. 106)

Todas as tentativas de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar o caso fora suplantada pelo governo que determinava as ações dos deputados. E desta forma segundo Dória (2013, p. 116) “[...] com a ajuda deste tipo especial de eleitor (...) mais os votos dos aliados fiéis do PSDB, que a reeleição deixou de ser um sonho. E o segundo mandato de FHC tornou-se uma possibilidade concreta”. Fernando Henrique foi reeleito presidente da república nas eleições de outubro de 1998 derrotando Lula (PT) no primeiro turno pela segunda vez consecutiva.

Um dos poucos programas sociais dos governos FHC foi criado em 2001 sob o nome de “Bolsa Escola”. A Lei nº 10.219/01 (Brasil, 2001) regulamentava o programa que na verdade não era novidade. O Bolsa Escola havia sido criado em 1995 na gestão de Cristovam Buarque (PDT) no governo do Distrito Federal. O modelo original previa o repasse de um salário mínimo da época, em torno de R\$ 100, para aquelas famílias de baixa renda com filhos entre 7 e 14 anos matriculados em escolas públicas. O programa nascido em Brasília foi pioneiro na distribuição de renda do país e exigia em contrapartida a frequência dos alunos em sala de aula. Já o programa tucano previa em seu Art. 4º o repasse do valor de R\$ 15 para as famílias que tivessem filhos entre 6 e 15 anos de idade e frequentassem escolas públicas, com a obrigatoriedade do aproveitamento de 85% na frequência escolar. O programa, entretanto tinha falhas, pois considerava aptos ao convenio apenas os estados e municípios com o IDH baixo e não as características específicas de cada família fazendo desse modo uma projeção superficial.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

No ano seguinte, 2002, o projeto de permanência do PSDB no poder seria interrompido. O ex-ministro do Planejamento e da Saúde de FHC, José Serra também do PSDB candidata-se para a presidência e é derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva do PT.

As eleições de 2002 entrariam para a história do país como o pleito em que pela primeira vez um homem oriundo do povo chegaria à presidência da república. A chegada de Lula ao governo federal foi resultado de intensas mobilizações sociais e de infinitas caravanas que o candidato fizera pelo Brasil divulgando seu projeto político.

Em 2002, uma grande coalizão das forças populares e democráticas do Brasil conduziu o metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do país. Os estudantes apoiaram a candidatura Lula, no segundo turno, após um plebiscito nas universidades. Durante a gestão do novo presidente, que também seria reeleito, os estudantes **reabriram o canal histórico de interlocução** com o governo federal. Assim como Jango, Lula, por duas vezes, visitou pessoalmente a sede da UNE na mesma Praia do Flamengo, 132. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2015, s.p)

Candidato nas eleições de 1989, 1994 e 1998, e em todas derrotado, Lula entrava na sua quarta disputa presidencial e desta vez lograria êxito vencendo o candidato tucano José Serra no segundo das eleições. A sua eleição marcaria a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, sigla originada no meio operário do grande ABC paulista em plena ditadura militar.

Um dos primeiros programas federais lançados pelo governo Lula foi o chamado “Fome Zero” que tinha por meta acabar com a fome no país, uma marca que assolava principalmente a região nordestina abandonada por séculos e terra de origem do presidente. O programa foi com o tempo incluído em uma frente mais abrangente denominado Plano Brasil Sem Miséria que englobaria outro programa marca dos governos petistas, o Bolsa Família. O órgão controlador é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS que fiscaliza o número de famílias beneficiadas por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A Lei 10.836/04 (Brasil, 2004) e o Decreto 5.209/04 (Brasil, 2004) regem o programa.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2015, s.p)

Na linha da educação, o governo Lula é responsável por mais que duplicar o número de estudantes em nível superior no Brasil. Em 2001 o país tinha pouco mais de 3 milhões de universitários, ao final de 2012 esse número alcançava a marca de mais de 7 milhões de estudantes. Os maiores impulsionadores destes marcos foram os programas educacionais PROUNI – Programa Universidade Para Todos de 2005 e a democratização do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES em 2010. O acesso a esses programas se dá por meio do também reestruturado Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

O Programa Universidade para Todos, somado ao Fies, ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens à educação superior. (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS, 2015, s.p)

Pelo Decreto 6.096/07 (Brasil, 2007) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, ao contrário do governo FHC, possibilitou às

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Universidades Federais a sua recuperação financeira e a expansão em novos campi educacionais. O Brasil contava até o ano 2000 com 176 universidades federais incluindo os campi. Em 2012, o país havia chegado à marca de 304 instituições públicas e mais de 880 mil alunos matriculados.

O primeiro governo Lula também seria abalado por suspeitas de compras de votos no Congresso Nacional para a aprovação de propostas governistas. A Ação Penal 470, batizado pela mídia de “Mensalão” seria um duro golpe no até então popular e vitorioso governo petista. Dentre os acusados de coordenar o esquema estava a figura do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de Oliveira, histórico militante estudantil em São Paulo aonde presidiu a União Estadual dos Estudantes e lutou contra a ditadura, sendo um dos principais fundadores do PT e articulista da eleição de Lula em 2002. José Dirceu foi julgado assim como os vários outros envolvidos no processo. O detalhe ficaria por conta do método jurídico utilizado pelo Superior Tribunal Federal – STF no julgamento dos indiciados, o chamado Domínio do Fato. Entre os votos de condenação do ex-ministro destaca-se o voto da ministra do STF Rosa Weber. Na oportunidade a mesma diz não haver prova cabal contra o réu, mas que irá condená-lo mesmo assim mesmo porque a literatura jurídica a permite.

Elas se surpreenderão com argumentos como o da ministra Rosa Weber “Não tenho prova cabal contra Dirceu – mas vou condená-lo porque a literatura jurídica me permite” ou com afirmações como as do ministro Gilmar Mendes: “Não se torna necessário que existam crimes concretos cometidos”, ao justificar porque condenou 11 réus por formação de quadrilha! Aquelas com um mínimo de bom senso perceberão o risco que tais argumentos representam para o Estado de Direito.

Certamente as pessoas se horrorizarão com o fato de Doutrina substituir provas para condenar uma pessoa a quase 11 anos em regime fechado. E ficarão ainda mais indignadas quando descobrirem que o teórico da Doutrina nega o uso que o a Suprema Corte fez de seus argumentos para condenação. Enquanto isso uma pessoa (até que se PROVE O CONTRÁRIO) foi condenada a cumprir 11 anos de prisão SEM NENHUMA PROVA CONTRA ELA. (FRÔ, 2012, s.p)

O julgamento e a condenação de José Dirceu na Ação Penal 470 só seria realizado no segundo mandato de Lula e assim como todo o processo, não teve grande peso na desqualificação do governo do presidente e não trouxe grandes prejuízos de opinião pública.

O início do segundo governo Lula marca na história do movimento estudantil a devolução do antigo terreno aonde era a sede da UNE no Rio de Janeiro para a entidade.

Em 2007, após uma grande manifestação no Rio de Janeiro, os estudantes **ocuparam o terreno de sua antiga sede**, na Praia do Flamengo, 132, que havia sido demolida pela ditadura militar e estava sendo usada por um estacionamento clandestino. Após a ocupação e com a montagem de um acampamento que se prolongou por meses, a UNE ganhou na Justiça a posse do local e, alguns anos depois, o reconhecimento unânime do Congresso Nacional de que o Estado brasileiro tinha uma dívida com os estudantes pela invasão, incêndio e demolição da sua sede. Em 2010, um dos últimos atos do presidente Lula no cargo foi inaugurar, no local, a **pedra fundamental para as obras de reconstrução** do prédio da UNE. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2015, s.p)

Quando da entrega do terreno na Praia do Flamengo em 2007 o então presidente Lula discursara aos estudantes informando que o governo federal iria ajudar na reconstrução da sede da entidade. O processo de retomada iniciara ainda em 2000 quando os estudantes liderados pelo então presidente da UNE, Wadson Ribeiro, tentara convencer o governador do Rio de Janeiro Antony Garotinho da importância da entidade em retomar o espaço que lhe era de direito. Indagado se a UNE teria um projeto para o local, Ribeiro alegara que sim e que o mesmo teria sido feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O que de fato acontecera, pois em 1980, Niemeyer desenhara um projeto para ser a sede da entidade, porém o mesmo a muito já não se encontrava com a diretoria. Um novo projeto foi solicitado ao artista e prontamente atendido. O mesmo foi exposto em 2001 na 2ª Bienal da UNE. Porém ainda faltava retomar o terreno, o que acontecera com a realização de uma passeata após a 5ª Bienal em 2007.

[...] em 2007, ano de celebração dos 70 anos da UNE, quem assumiu o cargo no lugar de Gustavo Petta [ex-presidente da UNE] foi a

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

gaúcha Lúcia Stumpf. Para Lúcia, um dos momentos mais marcantes de sua gestão foi justamente receber das mãos do arquiteto Oscar Niemeyer o novo projeto. “A reconstrução do prédio é uma conquista não apenas dos estudantes, mas de todo o povo brasileiro. É dever do Estado reparar os danos causados aos estudantes pelo regime militar, que incendiou e demoliu o espaço da Praia do Flamengo, 132. Os traços de Niemeyer pretendem apagar de vez os resquícios da ditadura”, lembrou. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2015, s.p)

No ano de 2009, Lula participa do 51º Congresso da UNE aonde recebera dos estudantes uma carta de reivindicações em que constava a necessidade da aprovação da Lei nº 5.175/09 que previa uma reforma universitária no país e estava em tramitação no congresso. Em 2010 Lula juntamente com o então presidente da UNE Augusto Chagas e o arquiteto Oscar Niemeyer, fazem o lançamento da pedra fundamental que dera início às obras de reconstrução da sede da entidade que na época estava orçada em mais de R\$ 44 milhões oriundos da indenização por parte do Estado pelos danos causados durante a ditadura militar.

“Queremos desenvolver um espaço de cultura com feição democrática, de esquerda, semelhante ao Centro Popular de Cultura (CPC, extinto pela ditadura militar)”, afirmou o presidente da entidade [em 2010], Augusto Chagas. “Nosso objetivo é contribuir para a produção da cultura com uma visão popular e valorização do que é ligado ao Brasil.” (D24AM, 2010, s.p)

O ano de 2010 marca também as eleições presidenciais daquele ano, em que se enfrentariam no pleito de outubro dois candidatos com passagem pelo Movimento Estudantil. Pela segunda vez José Serra (PSDB) entraria na disputa pela presidência, a última vez havia sido em 2002 quando perdera para Lula e em 2006 o candidato tucano, também derrotado por Lula, foi Geraldo Alkmin então governador de São Paulo. Pelo lado do governo a escalada para dar continuidade ao modelo petista fora a ex-ministra de Minas e Energia e da Casa Civil de Lula, a mineira-gaúcha Dilma Rousseff (PT). Dilma tinha sido uma das principais pensadoras dos grandes projetos do governo do PT e até então havia coordenando, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Dilma também teve passagens pela presidência do Conselho de Administração da Petrobrás, época em que o governo descobriu o Pré-Sal, uma bacia de petróleo localizado em águas profundas e que só a Petrobrás detém a tecnologia para extraí-lo do litoral brasileiro.

Rousseff teve passagens na sua juventude pela VAR-Palmares, grupo de ação revolucionária estudantil que lutou contra a ditadura militar. Aos 19 anos foi presa e torturada por militares que inclusive chegaram a arrancar seus dentes na tentativa de obter informação sobre o paradeiro dos companheiros de Dilma. Com uma campanha disputada, Dilma venceria as eleições daquele ano no segundo turno, aproveitando-se da popularidade do ex-presidente Lula que deixara o governo com uma aprovação recorde de 87% conforme pesquisa feita pelo Instituto Sensus na época. Seria a 1ª mulher a chegar à presidência da república.

A UNE não se posicionara a favor de nenhum candidato no primeiro turno das eleições, porém no segundo turno diante da perspectiva de um retrocesso, apoia a candidatura de Dilma.

Entre as ações encampadas pela presidenta eleita, esteve o avanço da oferta de vagas no ensino superior e técnico. Foram criados durante seu mandato os programas Ciências Sem Fronteiras, que garante vagas de intercâmbio gratuitas para estudantes brasileiros e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, responsável pela expansão do ensino profissionalizante no país.

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à

26 e 27 de outubro de 2017

tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior. (CIENCIAS SEM FRONTEIRAS, 2015, s.p)

A retomada do investimento federal no ensino técnico profissionalizante é um marco da gestão Dilma que por sua vez teve de revogar a lei criada nos anos 90 em que o governo estava limitado a fazer este tipo de aporte na educação. De fato mesmo é que de todos os programas do primeiro governo de Dilma, nada se compara à descoberta do Pré-Sal. O monopólio estatal da exploração do produto, que fora ameaçado nas gestões de FHC, possibilitará ao governo fazer investimentos recordes nas áreas consideradas estratégicas para seu mandato: Saúde e Educação. Justamente com esse discurso é que Dilma Rousseff seria reeleita em 2014 para um segundo mandato, vencendo na disputa eleitoral do segundo turno o neto do ex-presidente Tancredo Neves, o senador Aécio Neves (PSDB) de Minas Gerais.

Antes disso, porém, Dilma encarou o retorno dos jovens às ruas, em uma composição jamais vista anteriormente o ano de 2013 que antecedeu as eleições foi marcado por imensas manifestações por todo o país em um episódio que ficaria conhecido como as Jornadas de Junho daquele ano.

2 METODOLOGIA

Quanto à obtenção de informações, a pesquisa tem origem bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica, pois fora realizada através de um estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado por autores reconhecidos que abordam a respeito do tema. De acordo com Gil (2002, p. 44) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Também se define como documental por acessar arquivos oriundos de fontes oficiais e órgãos públicos, como leis e decretos. Para Auro Rodrigues pesquisa documental é aquela que

[...] é feita por meio de fontes primárias, utilizando documentos que ainda não receberam tratamento analítico, como fotografias, testamentos, manuscritos, atas parlamentares, registros de nascimentos, gravações, leis, diários, registros de automóveis etc. (2006, p. 89).

E ainda de Campo, pois foram coletados dados com o objetivo de agregar informações pertinentes ao problema. Registra-se que neste caso específico não há a interferência do pesquisador no meio em que ocorrem os fenômenos estudados.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI apud ANDRADE, p. 127).

Quanto à abordagem, a mesma possui classificação quantitativa qualitativa. A origem quantitativa está associada aos dados advindos de recursos estatísticos. Rodrigues (2006 p. 89) diz que a pesquisa é quantitativa “quando a abordagem está relacionada à quantificação, análise e interpretação de dados obtidos mediante pesquisa, ou seja, o enfoque da pesquisa está voltado para a análise e interpretação dos resultados, utilizando-se da estatística”. Da mesma forma, a orientação qualitativa da pesquisa é compreendida por não priorizar em seu escopo a abordagem do problema a partir de mecanismos numéricos, dado sua complexidade.

[...] podemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias. (RODRIGUES, 2006, p. 90).

Em relação aos objetivos, apresenta a padronização da coleta de dados da pesquisa, em formato de questionários distribuídos individualmente sem a interferência do pesquisador nos resultados obtidos. Nesse sentido é passivo de classificação descritiva. Para Rodrigues (2006, p. 90) [...] a pesquisa descritiva é usada, por exemplo, para descrever características de um determinado grupo e estudos de opinião, de motivações, de mercado e socioeconômicos.

Foram caracterizados como sujeitos da pesquisa os acadêmicos dos cursos de Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Fisioterapia e Pedagogia do Instituto

Genecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA), uma vez que ainda, os mesmos foram divididos entre discentes e diretores de entidades estudantis representativas.

A justificativa para a presente pesquisa encontra-se na necessidade de compreender e revelar de forma coerente as opiniões de acadêmicos dos cursos supracitados nesta instituição de ensino superior, a respeito do tema vinculado, considerando a relação direta dos participantes com o objeto de estudo e suas reverberações. Dessa forma se optou pela escolha de 10 acadêmicos do IESA, subdivididos entre 5 diretores de entidades estudantis, sendo estes diretórios acadêmicos (DAs) e, 5 representantes dos alunos. Definiu-se que não seria necessário levantar dados relativos ao sexo dos participantes, tão pouco a idade, profissão ou renda, uma vez que a meta era avaliar a opinião e entendimento a respeito das ações vinculadas aos organismos estudantis.

Para tanto se utilizou um método simples de questionário que para Rodrigues (2006, p. 95) [...] é um instrumento de coleta de dados. Constituído por uma lista de questões relacionadas com o problema de pesquisa, o questionário deve ser aplicado em um número determinado de informantes. Os mesmos tiveram por função dissertar de livre e espontânea vontade, a respeito da sua autoanálise como líderes, sua iniciativa em compor uma entidade de classe bem como seu entendimento a respeito de ações que as entidades que os representam ou fazem parte vêm desenvolvendo na instituição de ensino aonde se encontram.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

3.1 Pesquisa com diretores de entidades representativas

Participaram da pesquisa, neste nível da investigação proposta, os diretores das entidades representativas dos cursos de Administração, Biomedicina/Fisioterapia, Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia. Ressalta-se que o único curso que se absteve da participação foi Direito, por não cumprimento dos prazos de entrega da pesquisa tanto por parte do diretor como do aluno convidado.

Para melhor compreensão desta análise, os diretores participantes da pesquisa foram nomeados da seguinte maneira: Diretores Anônimos (DA) 01, 02, 03, 04 e 05. Assim sendo, suas respostas serão identificadas pela abreviatura DA e o número correspondente.

Questão 1 - De que maneira a sua entidade contribui para o desenvolvimento de lideranças?

Nesta primeira questão de um total de 06 entregues aos diretores, se obteve como respostas relevantes as dissertações a seguir. O diretor DA01 respondeu: “Não sei”. Desta forma afirmando não possuir conhecimento das atividades de sua entidade em relação ao tema pertinente. O diretor DA02 responde que: “Apenas com aulas voltadas à gestão e sua literatura, no intuito de descobrir, motivar o surgimento de novos líderes”. O mesmo por sua vez cita disciplinas pertencentes ao curso que abordam temas relacionados à gestão empresarial. Já o diretor DA03 afirma: “Na tomada de decisão, na descentralização do poder, onde todos tem autonomia para dar sua contribuição e opiniões”. Neste caso merece destaque a citação a respeito de um modelo de gestão descentralizada que o mesmo diz empregar em sua entidade, primando pela participação dos demais diretores nos processos de decisão. O diretor DA04 absteve-se de responder. Por fim, nesta questão o diretor DA05 nos diz que sua entidade colabora na formação de líderes: “Através das experiências diante da responsabilidade adquirida na resolução de problemas, ou seja, aprendemos a ser líderes porque representamos o curso”. É possível compreender que a resposta do diretor está relacionada à própria experiência de pertencer a entidade aonde o mesmo afirma que isso por si só já seria suficiente para desenvolver traços de liderança.

Questão 2 - Você se considera um líder? Por quê?

A segunda questão tenta extrair dos diretores entrevistados uma postura quanto a sua liderança. A Figura a seguir de número 1 demonstra em sua composição a porcentagem de diretores que se consideram líderes. Verifica-se que quando questionados: “Você se considera um Líder?” obtivemos 60% dos diretores entrevistados afirmando que SIM se consideram líderes; 20% disseram que NÃO, não se consideram líderes e 20% abstiveram-se de responder a respeito.

Dentre as dissertações justificando sua afirmação marcada nos questionários destinados, temos a seguinte opinião do aqui denominado Diretor Anônimo 01 (DA01). Quando questionado se ele se considerava um líder o DA01 responde que: “Sim. Por contribuir pela melhoria de uma associação, de um grupo de pessoas, onde precisa-se ter dedicação e empenho para realizar as tarefas”. Do mesmo modo outro acadêmico denominado DA02, que por sua vez se definiu como alguém sem ímpeto para liderar, respondeu: “Não. Não me sinto muito confortável e também não sei lidar muito bem com os conflitos entre colaboradores”.

Assim como o primeiro diretor se diz capaz de liderar por saber interagir com o grupo, o segundo diretor justifica sua falta de tato na hora de conduzir questões da ordem de resolução de conflitos. Logo são pessoas com características antagônicas que, entretanto ocupam posição dentro das suas respectivas entidades.

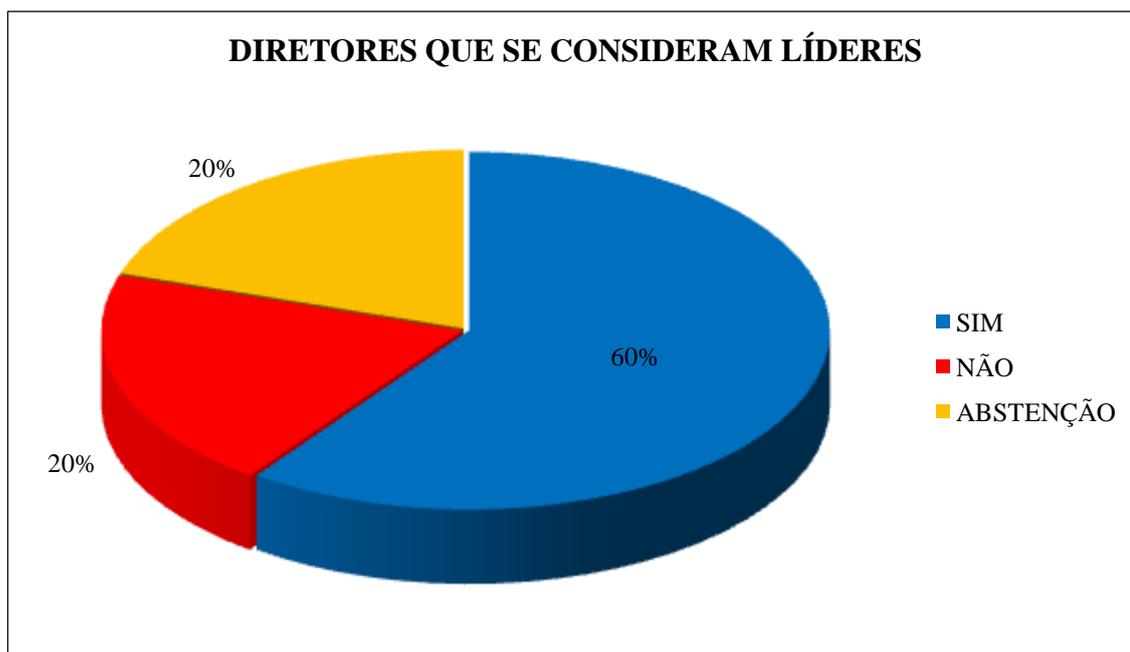


FIGURA 1 – Diretores que se consideram líderes. Fonte: instrumentos de pesquisa.

Questão 3 - Que ações você gostaria de incluir dentro das atividades da sua entidade?

A questão de número três, indaga o diretor entrevistado quanto a ações que o mesmo gostaria de incluir nas atividades da entidade que ele representa. Sendo assim o DA01 diz que gostaria de incluir: *“Mais projetos que promovam integração com os acadêmicos”*. O mesmo ressalta sua vontade em ver ações que possam integrar todos os acadêmicos do curso, porém não cita um exemplo de atividade nesse sentido. Já o DA02 dissera que gostaria de ver ações de: *“Desenvolvimento científico, pesquisas mais amplas e com acesso para todos os alunos que tem interesse”*. Logo a visão do DA02 é incluir nas atividades propostas pela sua entidade atividades de cunho científico e de acesso democrático. O DA03 aborda como novas ações possíveis as: *“Possibilidades de aumentar as ações sustentáveis, incentivar a cultura, promover igualdade e o desenvolvimento social”*. Este diretor em especial cita atividades que estão em evidência na atualidade, como a sustentabilidade, a cultura, e a inclusão social através do desenvolvimento. O DA04 absteve-se de responder sobre o tema. Por fim o DA05 cita que gostaria de incluir: *“Ações que as alunas se interessassem, para que houvesse maior participação do curso, sendo que são poucas que participam das ações promovidas”*. Este diretor expõem de forma sutil a sua necessidade de criar mecanismos de participação que atraíam os acadêmicos do curso, além disso, o mesmo faz uma breve crítica aonde coloca que nas atuais atividades desenvolvidas não há o envolvimento ideal os alunos deixando claro a sua insatisfação.

Questão 4 - Quais ações de caráter social sua entidade promove ou promoveu?

Esta questão indaga os diretores sobre o conhecimento dos mesmos a respeito de ações que as suas entidades tenham promovido no âmbito social. O DA01 cita o: *“Projeto de recolhimento de caixas de leite para uma empresa que as reutiliza”*. O mesmo refere-se a uma campanha ecológica realizada pelos Diretórios Acadêmicos de Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia da instituição que ocorrera entre os meses de setembro e novembro de 2014. Na oportunidade o material recolhido era encaminhado a artesãos da cidade de Santo Ângelo que reaproveitavam as embalagens longa vida para a confecção de peças. O DA02 cita como ações sociais as: *“Campanhas de prevenção à saúde, atendimento ao público”*. Pelo seu curso estar ligado à área da saúde, o mesmo cita as atividades voluntárias que são realizadas pelo curso em parceria com o diretório acadêmico. Já o DA03 cita a: *“Criação da Campanha de recolhimento de caixas tetra pak para reciclagem e também tampinhas, no projeto caça-tampinhas que o diretório contribui, mas não criou”*. Observa-se que assim como o DA01, o DA02 cita a campanha ecológica de reaproveitamento de embalagens longa vida dentre outras campanhas com a mesma característica ainda em vigência na instituição. O DA04 quando questionado absteve-se de responder a respeito. Por último o DA05 menciona: *“Campanhas, ações beneficentes...”*. Estima-se que nos casos das citadas campanhas o mesmo esteja relacionando com as campanhas ecológicas já citadas pelos demais diretores, já as ações beneficentes, não foram exemplificadas pelo mesmo.

Questão 5 - Quais ações de caráter cultural sua entidade promove ou promoveu?

A questão de número cinco indaga os diretores a respeito de ações de cunho cultural que suas entidades tenham promovido. O DA01 cita a: *“Visita na Tetra Pak”*. Neste caso o mesmo faz referência à premiação que fora concedida às turmas vencedoras da “Campanha de Reaproveitamento de Embalagens Longa Vida” realizada de setembro a novembro de 2014. Na oportunidade os três turmas de cada curso foram contempladas com a viagem que visava conhecer as instalações da empresa Tetra Pak Brasil na cidade de Ponta Grossa – PR. Além disso, os acadêmicos tiveram a oportunidade de conhecer a capital paranaense e alguns de seus principais pontos turísticos culturais como a Ópera de Arame e o Jardim Botânico da cidade. O DA02 diz: *“Do meu conhecimento nenhum”*. O mesmo demonstra de forma sincera não possuir conhecimento de atividades realizadas pela sua entidade com cunho cultural. Já o DA03 cita como ações culturais o: *“Recolhimento de livros para distribuição nas escolas para crianças”*. Dessa forma o mesmo se posiciona pela promoção da literatura infantil em ação de cunho sociocultural. O DA04 quando questionado absteve-se de responder sobre o tema. Por fim o DA05 menciona: *“A viagem à empresa Tetra Pak é um exemplo”*. Logo assim como o DA01, o DA02 converge em citar a viagem promovida pelos diretórios integrados de administração, ciências contábeis e pedagogia ao estado do Paraná em 2014.

Questão 6 - Quais ações de caráter político sua entidade promove ou promoveu?

A última questão destinada aos diretores das entidades representativas os indaga a respeito de ações de cunho político que suas agremiações tenham promovido. O DA01 diz: *“Não sei”*. DA02 diz que: *“Do meu conhecimento nenhum”*. Já o DA03 quando indagado absteve-se de responder sobre o tema, assim como o DA04. Por fim o DA05 cita a: *“Eleição para representação do curso, as acadêmicas que escolhem através de votação a diretoria e o Conselho Deliberativo”*. Sendo o único a mencionar o próprio processo eleitoral da entidade como uma atividade política, o que demonstra o conhecimento do diretor que este fato estatutário da entidade por si só deve ser considerado uma atividade política que tem um conceito amplo, pois se sabe que toda e qualquer ação que modifique o ambiente é uma ação de caráter político. Esta última pergunta do questionário com os diretores nos deixa claro a falta de compreensão por parte dos mesmos da importância da função sociopolítica destas entidades que possuem papel relevante histórico no que se refere ao processo de defesa aos direitos já conquistados pela classe estudantil e na ampliação dos mesmos.

O IESA possui atualmente – quando da realização desta pesquisa – seis cursos superiores de graduação nas áreas de Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Fisioterapia e Pedagogia; todas com suas características de formação próprias e também comunicáveis entre si. Destaca-se que no âmbito representativo estudantil os então cinco diretórios acadêmicos existentes, sendo que Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia dividem de forma integrada um mesmo espaço físico de funcionamento institucional; Biomedicina e Fisioterapia juntas formam uma só entidade legal utilizando-se também um mesmo espaço físico, restando unicamente ao diretório acadêmico do curso de Direito um espaço privativo para o seu funcionamento.

Pela tradição da instituição superior que nos seus primórdios ofereceu como primeiro curso o da área Jurídica, compreendeu-se o “privilegio” ao curso pioneiro da entidade. Entretanto, de todas as entidades representativas consultadas nessa pesquisa, apenas o diretório acadêmico de Direito não cumprira os prazos para a sua inclusão neste relatório sendo que os dados de abstinência estão em sua absoluta maioria vinculados ao mesmo tanto como corpo diretivo, quanto acadêmico convidado.

No tocante aos diretores participantes ficara evidente a dissintonia dos mesmos quanto ao funcionamento das suas próprias entidades e também a falta de argumentação no que consistia o relato de si mesmos quando questionado suas posturas de liderança. Porém estes mesmos diretores apesar de demonstrarem um afastamento incomum das causas pertinentes ao movimento estudantil não deixaram de concluir o que gostariam de vivenciar em suas entidades, demonstrando dessa forma personalidade para opinar e expressar-se.

Os acadêmicos por sua vez, foram categóricos quando questionados sobre anseios e expectativas, demonstrando a dificuldade de união de pautas em torno daquilo que se deseja para o movimento estudantil na instituição. Apesar disso a autoafirmação como indivíduos capazes de liderar foi o dado mais atrativo, o que é passivo de conclusão que os alunos possuem em si este desejo de forma subjetiva e inconsciente, pois quando questionados de sua disponibilidade para a participação em uma entidade estudantil nenhum daqueles autodenominados líderes se colocaram integralmente a disposição para a função.

O fator tempo fora o mais citado para justificar o não envolvimento com as causas da categoria o que revela um dado característico das instituições privadas aonde a maioria dos alunos

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

trabalha em turno inverso aos estudos ou mantém outras atividades pessoais que não permitem o contato com a vida política – não partidária – ou acabam por não atraí-los a este meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que deu origem ao presente artigo permite que se conclua que a real contribuição do Movimento Estudantil no incremento dos padrões culturais, sociais e políticos dos indivíduos encontra-se justamente no que consiste a integração do sujeito ao processo de compreensão de sua personalidade e de suas virtudes que serão determinantes para o desenvolvimento da sua capacidade de sociabilização e conseqüentemente do posicionamento ativo, ou seja, de um líder, ou ainda passivo, que confere alguém subordinado às pressões ao qual venha a estar exposto.

Cabe, portanto às entidades estudantis na forma de promotoras de conhecimento e construtoras de diálogos comuns à causa discente, instruir seus membros pelo resgate da memória militante e cultural de seus antepassados instigando o aluno a aproximar-se das vivências da categoria e nesse contraponto desmistificar o movimento não só pelo olhar combativo, mas, como organização secular promotora da igualdade social, da justiça e da democracia como forma de transformação dos povos em sociedades desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

BOURROUL, M.; FERREIRA, M. *20 anos do Plano Real*. Disponível em: <<http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/#anchor-u343>> Acesso em: 26 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm> Acesso em: 27 maio 2015.

D24AM. *Nova sede da UNE terá projeto de Niemeyer*. Disponível em: <<http://new.d24am.com/noticias/brasil/nova-sede-tera-projeto-niemeyer/13061>> Acesso em: 27 maio 2015.

DÓRIA, P. *O Príncipe da Privatária*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

FRÓ, M. *Paulo Moreira Leite: Condenado sem domínio nem fato*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2012/11/13/paulo-moreira-leite-condenado-sem-dominio-nem-fato/>> Acesso em: 27 maio 2015.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 27 maio 2015.

PROUNI. *Programa Universidade Para Todos*. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>> Acesso em: 27 maio 2015.

RIBEIRO JUNIOR, A. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

RODRIGUES, A. J. *Metodologia Científica*. São Paulo: Avercamp, 2006.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *História da UNE*. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Acesso em 12 abril 2015.